

38º Encontro Anual da ANPOCS

SPG 11: Múltiplos discursos e práticas sobre drogas: medicina, direito e consumidores
sob perspectiva das Ciências Sociais

**Pesquisando com usuários de crack: reflexões metodológicas sobre a experiência
com o mapeamento do perfil de usuários no Nordeste do Brasil.**

Tatiane Vieira Barros
Jaína Linhares Alcantara

Caxambu/MG

2014

**Pesquisando com usuários de crack: reflexões metodológicas sobre a experiência
com o mapeamento do perfil de usuários no Nordeste do Brasil.**

Tatiane Vieira Barros

Situando

Entre discussão bibliográfica, experiências etnográficas e aflições metodológicas, esse texto apresenta como proposta abordar questões que surgiram a partir da pesquisa com usuários de crack realizada nas cidades de Natal/RN e Fortaleza/CE. Para isso, duas experiências estarão dispostas no texto. Para que juntas possamos pensar sobre questões de antropologia e pesquisas com usuários de drogas.

Deste modo, é necessário situar o leitor que o texto posto será intercalado com momentos e experiências distintas, cabendo situar que o referente à pesquisa em Natal/RN é apresentado pela antropóloga Tatiane Barros e em alguns momentos por Jaína Alcantara. Enquanto que a experiência em Fortaleza/CE, faz exclusiva da última.

Considerações iniciais

As novas políticas sobre drogas no Brasil têm evidenciado uma discussão acalorada sobre qual o lugar deste tema. As divergências entre questões de saúde, de segurança pública e de fé, e a comoção nacional mediante à ideia de que o país está "enfrentando uma epidemia de crack" - aqui, vê-se o crack como o motivo maior do medo - fazem como a questão das drogas esteja sempre colocada como ameaçadora e propensa à rechaças.

Com as discussões sobre uso de drogas, regulamentação do consumo de maconha em alguns países, surgimento de novas substâncias psicoativas e, principalmente a questão do crack – e internação compulsória – em suas condições de segurança e/ou saúde pública; nos deparamos com uma situação que tem estado cada vez mais em foco: os usos de drogas e suas questões sociais e de saúde. Este tema aparece em debate e, apesar de alguns apontamentos ainda moralistas e naturalizantes, a questão dos sujeitos em situação de consumo têm sido pensada mais criticamente. Como aponta o Simões:

"Drogas" não são somente compostos dotados de propriedades farmacológicas determinadas, que possam ser natural e definitivamente classificadas como boas ou más. Sua existência e seus usos envolvem questões complexas de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra. (SIMÕES, 2008, p. 13)

Nesta perspectiva há aqueles que em algum momento vão apresentar condições onde o uso, visto como problemático e abusivo, acarretará problemas sociais. Assim como aqueles que de algum modo conseguirão manter essa identidade desacreditada como desacreditável (GOFFMAN, 1975).

O Estado brasileiro, desde meados dos anos 2000, vem demonstrando preocupação com relação ao manejo de ações relativas a pessoas que usam “drogas”. Refirimo-nos, mais especificamente, a um fenômeno que tratou-se de chamar: “epidemia do crack”. Este chavão relacionado a acusação moralizante tem por ímpeto de difusão as campanhas midiáticas onde o tom determinado de certo pânico moral (THOMPSON, 1979) aciona discursos de segregação social balizados pela imagem monstruosa do “nóia”, “crackudo”, “crakeiro”, “sacizeiro” como um “zumbi”, até certo ponto petrificado por sua própria vontade, e vetor de males (superimagináveis) contra as pessoas com as quais trava contato.

Com a ideia de investigar esse tema que tem se tornado cada dia mais latente e com o intuito de elaborar o perfil dos usuários de crack nas capitais metropolitanas do Brasil; uma fundação de pesquisa social em saúde, elaborou uma pesquisa voltada para o mapeamento do perfil social e epidemiológico do consumo de crack e similares no país. Para isso, em cada capital, equipes foram formadas no intuito de realizarem trabalho de campo e coletarem dados socioeconômicos e epidemiológicos sobre a situação dos usuários de crack e similares - entenda-se: crack, pasta base, merla ou oxi, fumados em cachimbos, latas ou copos.

Equipes de cunho multidisciplinar realizaram o trabalho que consistia em cumprir sistemáticas e complicadas fases que contemplavam assim a metodologia proposta. Esta, por vezes, subestimavam a singularidade do lugar de conhecimento que é desenvolver pesquisas com usuários de substâncias psicoativas e em situação de vulnerabilidade, tanto para o pesquisador como para o pesquisado, exigindo uma mecanização da pesquisa.

Pesquisando com usuários de crack

O escopo da pesquisa foi apresentado no final do ano de 2010 aos profissionais convidados a fazer parte da coordenação do que se chamou “equipe local”. A reunião contou com a participação de aproximadamente 25 pesquisadores, entre agentes públicos (ligados a secretarias de saúde municipais e estaduais) e acadêmicos, provenientes de

quase todos os estados brasileiros, presentes em áreas de atuação/conhecimento como a psicologia, enfermagem, epidemiologia, medicina, ciências sociais, artes e ativistas reconhecidos por ações de redução de danos entre usuários de SPA. Este grupo convidado estava de algum modo envolvido com o universo de pesquisas e/ou ações presentes no contexto das capitais, ou em outras cidades do interior dos estados que ali representavam.

A pesquisa se desenvolveu em três fases. A primeira delas foi realizada com uma metodologia chamada *scale-up*, com coleta de dados feita através ligação telefônica, a partir de uma amostragem. As outras duas fases seriam coordenadas e executadas pela equipe contatada naquele momento. A Secretaria Nacional que encomendou a pesquisa enviou uma representante para acompanhar a reunião, em alguns momentos de negociação era consultada sobre dúvidas que os futuros coordenadores locais apresentavam.

As principais questões levantadas naquele momento referiam-se ao modo como executaríamos as fases presenciais da coleta de dados. A inicial, mais qualitativa, baseada em preenchimento de cadernos de campo e a seguinte quantitativa/epidemiológica, com base em preenchimento de questionários e coletas de resultados de testes rápidos (hepatite B, HIV e em alguns locais, como Fortaleza, testes de tuberculose).

Uma das coordenadoras da equipe central da pesquisa, com formação entre estatística e epidemiologia, apresentou o primeiro passo como um desafio, “mapear as cracolândias dos municípios onde a coleta de dados será realizada” e junto detectar “os serviços [de saúde, socioassistenciais, comunitários] que serão adequados para abrigar a pesquisa”, referindo-se a fase onde seria necessário ter disponíveis locais para a aplicação de questionários e dos testes sanguíneos. Na tentativa de melhor entendimento sobre os contextos locais e as peculiaridades regionais, parte dos pesquisadores e ativistas da redução de danos se puseram a desconstruir a noção de cracolândia que vinha sendo apresentada pela coordenação central da pesquisa. Essa noção, que pareceu essencializante, era vista como algo que se encontraria de modo similar e generalizado Brasil afora.

A afamada Cracolândia de São Paulo, situada próximo a Estação da Luz, tem uma dinâmica própria, o que faz dessa região um território particular. Argumentos foram disparados no intuito de mostrar as peculiaridades que perfazem os modos de se usar crack nas diversas cidades. A cultura do uso do crack se apresenta de maneiras distintas,

mesmo ocorrendo em grandes cidades, capitais dos estados brasileiros onde a pesquisa ocorreu. Essa primeira dissensão foi desestabilizadora da unicidade que as propositoras apresentaram ao pensar o universo da pesquisa.

Uma das observações lançadas foi que a abertura com a qual pessoas fumavam crack em territórios como a cracolândia era diferente das que ocorriam em cidades no nordeste brasileiro, tendo em vista que a dinâmica de uso em Natal, por exemplo, se dá em locais chamados de “clínicas”, termo nativo para identificar as casas ou quartos que eram alugados (em troca dinheiro ou pedras de crack) para que lá se pudesse fumar mais protegido dos olhares de pessoas conhecidas e da polícia. Em Fortaleza também existiam locais para onde usuários de crack iam após adquirir suas pedras a fim de fumá-las, podiam ser “mocós” ou terrenos baldios protegidos por muros ainda que em parte quebrados.

Percebe-se nessa dinâmica que há um resguardo buscado por esses usuários que implica na proteção de suas práticas, e de algum modo, de serem taxados como “desviantes” (BECKER, 1977). Enquanto que em cidades que proporcionam maior invisibilidade, menor potencial de identificação de pessoas e suas práticas, muitas dessas não parecem estar tão preocupadas com os riscos de fumarem em locais abertos e de grande circulação de pessoas, inclusive a polícia.

O primeiro “produto” a ser fornecido por nós à secretaria nacional que financiou a pesquisa, resultado da fase inicial de campo, seriam mapas de cada capital e macrorregião localizando, a partir de uma ferramenta de georreferenciamento, onde se situavam os locais públicos utilizados para uso de crack. E demonstrar, neste apanhado de dados, qual seria a concentração de pessoas que ali transitavam em determinados períodos do dia.

As etapas da pesquisa eram, de uma forma geral, divididas por funções na equipe e organizadas após a finalização do trabalho de campo. As idas à campo foram gerenciadas por um mapeamento prévio realizado nas cidades, onde, através de trabalho de campo, foram indicados os principais locais que representavam uso de crack ou indicavam cenas de consumo de drogas. Após esse mapa das cenas, foi elaborado um roteiro de investigação. Na chamada "Folha de coleta", os dados eram formados por endereço da rua, referência da cena, dia da semana que a observação seria realizada, horário para início da observação, horário para início e fim do recrutamento e, a informação que

"gerenciava" o trabalho: o número de pessoas que deveriam ser recrutadas naquele dia/hora/local.

Pusemos-nos a pensar e questionar as implicações éticas que esse trabalho traria para as pessoas que se utilizavam daqueles locais em momentos de sociabilidade de alguma forma mediados pelo uso do crack, tendo em vista a variação de frequência e quantidade de uso que muitas das pessoas que consomem crack apresentam. Apesar de todas as controvérsias com relação ao uso da substância em questão, malefícios físicos e sociais causados a quem usa de modo continuado e contumaz, quem vem fazendo pesquisa etnográfica junto a pessoas que usam crack percebe que havia riscos naquela proposta, ou ainda, aqueles inteirados sobre direitos humanos de pessoas que usam “drogas” ficaram se perguntando (outros pesquisadores presentes na reunião corroboraram com essa suspeita) para onde poderiam ir essas informações? Se para polícia, quais finalidades teriam ou ainda se a pretensa higienização de vias públicas ganhasse vigor, como naquele momento multiplicavam-se ações na cracolândia de São Paulo e em áreas de muita concentração de população em situação de rua no Rio de Janeiro, o que seria feito com as pessoas que frequentam esses locais que ainda não estavam explícitos?

Este impasse foi desencadeador de uma segunda rodada de reuniões, desta vez regionalizadas, para que cada equipe se familiarizasse com os instrumentais e também para que se construísse uma categoria analítica consensuada a partir de diálogos feitos entre pesquisadores, levando em conta a proximidade geográfica, socioeconômica e cultural, que abrigasse a ideia de “onde estão... em que localidade estão esses usuários de crack em cada uma das capitais”. Após um dia intenso de trabalho com diálogos um pouco mais amadurecidos veio a ser convencionado chamarmos os lócus da pesquisa de “cenas de uso de crack públicas” ou “cenas de uso públicas”.

Um dos problemas parecia menor, depois que trouxemos um aporte contextual e relativizamos a rígida noção de “cracolândia” passando a considerar os espaços públicos frequentados para uso de crack com dinâmica particularmente distinta da cracolândia paulistana, e desconstruindo a ideia de que a maior parte dos usuários de crack “pipam”, “dão uma paulada”, “fumam” sem preocupar-se com a exposição pública de seu hábito. Porém, o outro problema que dizia respeito aos fins para os quais serviriam as informações do mapeamento permaneceu nos inquietando durante toda a realização da pesquisa.

Para começarmos a fazer o mapeamento das “cenas de uso” em Natal, em meados de janeiro de 2011, procuramos apresentar a pesquisa e buscar subsídios para começar a colher os dados com instituições, programas e grupos que trabalhavam diretamente com pessoas que faziam uso de substâncias psicoativas e seus familiares, tais como Secretaria Estadual de Saúde Pública (precisamente a Coordenadoria de Promoção a Saúde), Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Secretaria do Estado e Segurança Pública e Defesa Social, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, Secretaria Municipal de Juventude, Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC), Central Única das Favelas, CEDECA – Casa Renascer, Hospital Colônia João Machado. Alguns destes contatos foram profícuos e renderam abertura do diálogo com agentes locais para busca de informações sobre os locais e a concentração de pessoas nas cenas. Alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e alguns dirigentes de Comunidades Terapêuticas foram interlocutores-chaves nesse momento inicial de mapeamento.

Alguns atropelos se deram pela falta da pronta resposta dos Comitês de Ética locais. Como a pesquisa se caracterizava pela multicentralidade houve a submissão a um parecer central, mas em alguns estados foram exigidas aprovações locais. Tendo em vista que suas reuniões ocorriam espaçadamente (no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde submetemos localmente a aprovação, as reuniões ocorriam mensalmente) ficamos impedidos de entrar em serviços de saúde como os CAPS AD, sem a aprovação do comitê. Entretanto, com aprovação anunciada logo começamos ir até os CAPS AD e as unidades de saúde coordenadas pelas secretarias estaduais e municipais. Em interlocução com funcionários e usuários dos serviços muitas das cenas foram registradas. Não sem impasses, por exemplo, um dos CAPS AD no qual iniciamos a fazer investidas foi-nos negado acessar os usuários no serviço, por termos infringido uma “regra” do local ao estarmos fora do prédio e conversando com os usuários fumamos cigarros e compartilhamos cigarros com nossos interlocutores, essa foi considerada uma prática “reprovável” entre profissionais da pesquisa que buscavam informações. No entanto, neste momento já havíamos conseguido confiança de alguns usuários que nos concedeu outros momentos de conversa em outros locais. Os agentes comunitários de saúde também foram importantes informantes sobre os territórios nos quais trabalhavam, porém muitos confundiam o que buscávamos com os locais utilizados

pelos moradores para fumar maconha. Em muitos desses locais não é permitido, pelo próprio grupo que frequenta o lugar, uso de crack.

Após consolidarmos o total de cenas de uso em Natal, criamos ter esgotado o universo a ser mapeado e enviamos a listagem final para a equipe central. Depois desse passo ficamos aguardando por aproximadamente dois meses a seleção de cenas a serem visitadas. Essa seleção foi feita pelo amostrista estatístico da equipe central e obedecia a uma técnica de coleta de dados chamada *Time-Location Sampling*, cuja peculiaridade principal era a de que faríamos visitas prévias às cenas para comprovar se realmente estavam ativas e qual a frequência de usuários de acordo com o turno visitado. Em menos da metade das cenas apontadas foi possível fazer a prévia verificação, enquanto estive vinculada a equipe de Natal/RN. As visitas eram realizadas em duplas ou trios para um reconhecimento dos locais listados, passando, por vezes, de carro, e não conseguindo identificar uma “cena de uso de crack”, em outras, a pé, por exemplo, na lateral de um trecho da linha do trem, percebemos imediatamente que o movimento se dava em torno do uso de crack.

A próxima etapa seria a que utilizaríamos a “etnografia como ferramenta de pesquisa envolvendo população de difícil acesso” como um dos coordenadores da equipe central explicou na reunião de treinamento da equipe local para entrada em campo. Porém, uma interrupção na verba que mantinha as atividades e a seleção estatística das cenas a serem visitadas em seu turno fez com que esta fase fosse comprometida. A solução encontrada para driblar o “imprevisto” foi a realização conjuntamente das “visitas etnográficas”, a aplicação dos questionários a coleta de material sanguíneo para produção dos dados epidemiológicos. Dando clara noção de que a utilização da técnica de pesquisa etnográfica teria menor importância para o consolidado final dos dados desta pesquisa.

Ao percebermos que os riscos de uma entrada em campo, em locais de extrema vulnerabilidade social, com grupos de 4 ou 5 pesquisadores sem previamente haver uma comunicação com a população local eram altos, decidimos por fazer “visitas exploratórias” uma semana antes da realização das entrevistas, buscando, além de responder o “caderno de campo”, encontrar um local adequado para realização dos questionários e teste rápidos, este foram muitas vezes os CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas) e,

Associações de moradores ou núcleos comunitários e escolas. Por vezes, lideranças comunitárias cediam suas residências para realização dos questionários e testagens.

A dinâmica dessa fase, posterior ao mapeamento, realizou-se da seguinte forma: os “observadores” iam a campo, utilizando-se de um capital de informações coletivizado entre os pesquisadores que não iam exatamente a cena de uso de crack, mas que sabiam onde elas estavam. Acionavam contatos obtidos nas visitas iniciais, tomando como base informações de colegas, trazendo informações de movimentos sociais ou de sua prática profissional em equipes de redutores de danos ou educadores sociais (muitos dos entrevistadores eram servidores da secretaria municipal de saúde ou de direitos humanos) sobre possíveis órgãos ou lideranças comunitárias a serem contatadas para facilitar a chegada e a estadia da equipe em campo. Num segundo momento era feito o preenchimento do caderno de campo de acordo com as visitas realizadas nos três turnos/horários do dia (06h-12h – manhã – 12h-18h – tarde – 18h-00h – noite), em algumas das cenas haveria visitas de mais de uma vez.

Ao constatarmos que a metodologia da pesquisa prevista pela equipe central não condizia com a realidade dos locais visitados, tendo em vista que o movimento nas cenas se davam muito pontualmente em determinados horários do dia, mas que sabia-se que naquela região havia muitos usuários de crack que perfaziam os pré-requisitos da amostra a ser entrevistada porém não adotavam a dinâmica social de frequentar as cenas, começamos a utilizar outra técnica de convite para participação na pesquisa conhecida como “bola de neve”. Também muito utilizada para trabalhar com população estigmatizada, como pessoas que fazem sexo com pessoas do mesmo sexo ou portadores do HIV. Desta maneira foi narrado por um dos pesquisadores de campo o modo como se aproximava de alguém que poderia ser um entrevistado em potencial: “a gente via se ele estava andando rápido, tipo ‘bruxo’, se estava meio sujo, com roupa mulambenta, se tinha cachimbo ou lata nas mãos ou pendurado, sabe, o que a mídia diz pra gente que é a imagem do usuário de crack” (Observador - Fortaleza).

Muitas das vezes, esse era o nosso primeiro interlocutor em cena, a partir dele apareciam outros usuários que segundo este fumavam em suas casas, nos quintais ou em locais de pouco fluxo de pessoas, mais resguardados. Mães de família que ao anoitecer, depois que os filhos adormeciam se juntavam com outras mulheres para fumar em quintais de suas casas, homens que fumavam crack há mais de dez anos e estavam empregados, ajudando a criar filhos com as esposas, idosos que depois da aposentadoria

passaram a se dedicar ao uso de álcool com maior vigor e o crack apareceu-lhes como um passatempo. Foi o entortar da metodologia idealizada para um tipo de contexto de uso que possibilitou-nos captar informações importantes de centenas de usuários que não se dispõem em “cracolândias”, mas que fazem uso intenso de crack e de outras substâncias psicoativas de modo mais resguardado.

A estratégia de recrutamento

A equipe que ia às cenas era composta por dois recrutadores; que atuavam na função de realizar uma observação no local indicado e após 1 hora começar a realizar o recrutamento - momento da abordagem aos usuários ou possíveis usuários que estavam na cena de uso e no seu entorno, direcionando o elegível para a realização da entrevista. Havia um ou dois entrevistadores - dependia do número de recrutados que a folha de coleta indicava -, estes tinham a tarefa de completar as 22 páginas de um questionário sobre as mais diversas questões acerca do consumo, da relação com os lugares e pessoas, com a saúde, educação e poder econômico. Em seguida, os usuários considerados elegíveis eram direcionados para a coleta de sangue, esta realizada por algum profissional da área de saúde, enfermeiros ou estudantes de enfermagem. Neste momento eram feitos teste rápidos para detecção de HIV e Hepatite B. Em alguns locais era feito também a coleta de escarro, para testar se o usuário possuía tuberculose. Por fim, em compensação à ter "colaborado" com a pesquisa o usuário recebia uma sacola com lanches ou um vale alimentação de aproximadamente 20 reais.

Dentro desse universo da realização da pesquisa, algo que instiga para uma reflexão crítica é a ideia de como esse usuário de crack e/ou similares, que está na rua é percebido e abordado. A ideia de estigma e de manipulação de informações (GOFFMAN, 1975) pode ser trabalhado como algo que envolve o universo daqueles que usam drogas. Há um modelo de técnicas do corpo (MAUSS, 2003) que são apreendidas e que de certa forma aproximam os estereótipos - ou pelo menos está no imaginário do pesquisador. Há duas categorias que ilustram muito bem esse propósito, as identidades desacreditada e desacreditável. Deste modo:

A questão que se coloca não é a de manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito.

Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para que, como, quando e onde. (GOFFMAN, 1975, p.51)

Partindo da categoria de *outsiders* de Howard Becker (2008) entende-se que “quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Esta pessoa é encarada com um outsider” (p. 15). No caso dos usuários de crack e similares essa condição se coloca em duas vias; quando é considerado o problema com drogas e quando é considerado um problema social.

Aqui, a observação participante (MALINOWSKI, 1976; FOOTE-WHYTE, 1980; VELHO, 2008) é o momento impar onde pesquisador e pesquisado encontram-se em um "mesmo" contexto; sendo possível pensar em como isso tudo é *performedo* (MOL, 2008) e gerenciado de acordo com os interesses mútuos.

(...) não se pode pensar um trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem coletados como o modo de recolhê-los. Esse cuidado faz-nos lembrar mais uma vez que o campo social não é transparente e tanto o pesquisador como os atores, sujeitos-objetos da pesquisa interferem dinamicamente no conhecimento da realidade. (MINAYO, 1999, p.107)

Desta forma, é interessante apresentar que o momento da coleta de dados da pesquisa se voltava pra uma única direção, onde o que era considerado não eram as aflições e as questões sociais que envolviam o uso do crack, mas sim, apenas os dados qualitativos - havendo certas controvérsias - e quantitativos que aqueles sujeitos representavam para a pesquisa. Assim, o rico universo de informações sobre os saberes e as questões que envolve o uso de crack, suas motivações, suas formas de consumo, as estratégias para o viver eram indicadas com perguntas objetivas e sem margem para o "erro", ou para o desenvolvimento de ideias. Fazendo com que informações importantes e de fato que poderiam construir um real perfil desses usuários ficasse às margens daquilo que poderia ser considerados dos/nos cadernos de campo.

Entre si, etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público. Têm que julgar os motivos e demais atributos de uns e dos outro com base em

contato breve, mas intenso, e, em seguida, decidir que definição de si mesmos e da situação circundante desejam projetar; o que revelarão e o que ocultarão, e como será melhor fazê-lo. (BERREMAN, 1980. P.141)

Esta citação permite a reflexão acerca do realizar pesquisa etnográfica e sobretudo, instiga uma análise sobre os caminhos que se pretende tomar e aqueles que são direcionados pelo campo de pesquisa.

Pesquisando em Natal/RN e Fortaleza/CE

A experiência em Natal/RN mostrou o quão relevante é o contexto social da cidade para a construção de uma ideia sobre as formas de uso e consumo de drogas. Não se pode definir padrões rígidos como gerais, é necessário considerar como o uso se molda de acordo com a lógica urbana das cidades.

Com isso uma das questões fundamentais a ser tratada neste artigo diz respeito à forma de realizar pesquisa com sujeitos em situação de vulnerabilidade social, neste caso com usuários de drogas. Um ponto fundamental remete à situação de rua, tanto da pesquisa quanto dos interlocutores. Assim, um relato sobre a realização de pesquisa com usuários de crack e similares.

Neste ponto, podemos falar da metodologia da pesquisa que subestimava uma ideia de diversidade. No momento da aplicação dos questionários, era necessário seguir um roteiro que construía - preliminarmente - um padrão para pensar cenas de uso de crack. Então, em alguns momentos, a realização da pesquisa sofria intermitências; fosse pelo sol forte, fosse por falta de condições para aplicar o questionário com resguardo do sigilo, fosse a chuva, ou qualquer outro motivo. Neste momento, poderíamos pensar que um diferencial foi ter como pesquisadores, pessoas que estavam compreendendo o contexto, os riscos e que pudessem ser ágeis - tanto se precisasse correr, como arrumar uma estratégia para puxar uma conversa com alguém que estava fumando crack.

Estar em campo, vestida com uma blusa branca e um crachá - únicas identificações que ligavam os pesquisadores à instituição - em meio a papeis, kit lanches e a todo o cenário que a rua pode oferecer, seja qual for o horário e seja qual for a região. Esse ponto é discutível, pois se levado em consideração o mapeamento realizado a priori, todos os espaços a serem investigados seriam considerados "cenas" de uso de crack, isso

caracterizava, mesmo que preliminarmente, um contexto de perigo e de vulnerabilidade - para pesquisadores e população.

Com essa equipe foi possível pensar como alguns limites entre pesquisador e pesquisado precisavam se romper para se houvesse alcance. E toda essa experiência foi relatada de forma etnográfica usando dados do cadernos de campo e do diário de campo - considerando que aquele era ferramenta da pesquisa e este da pesquisadora.

"Cena 1": Um dia, no turno da tarde, na Zona Norte da cidade, como recrutadora, eu e outro antropólogo saímos caminhando e observando. Este dia era um domingo de sol e muitas pessoas estavam nas calçadas, algumas bebendo, outras apenas conversando. Logo no início do recrutamento, encontramos um rapaz que estava caminhando apressadamente. Em sua mão, quase fechada, algo que imaginamos ser uma (s) pedra(s) de crack. Sua aflição e pressa nos motivou a puxar assunto. Caminhando ao seu lado explicamos o que estávamos fazendo ali e perguntamos se ele aceitaria realizar a pesquisa. O rapaz se prontificou, mas como tantos, nos disse: "vou ali, depois eu volto". Nesse momento ele abriu a mão, mostrou 2 pequenas pedras, sorriu com o canto da boca e saiu quase correndo, parecendo não querer ser alcançado. Neste dia "deveríamos" recrutar 3 pessoas, mas não conseguimos encontrar ninguém. Conversamos com algumas pessoas na rua, com comerciantes e o que nos foi dito era que ali não se via usuários de crack (ou de nenhuma outra droga - desconsiderando o álcool). O tempo estipulado para o recrutamento chegara ao fim e o local que tínhamos como apoio era há aproximadamente 2 quilômetros de onde estávamos. Seguimos andando em direção ao local. No caminho encontramos aquele mesmo rapaz com quem havíamos falado e ele disse que poderia ir conosco fazer a pesquisa. Andamos o percurso, sempre olhando para trás e ouvindo o seu tom de desistência quase que constante.

Esse caso nos permite discutir sobre a condição dos recrutadores e da equipe, que precisavam se articular com as intermitências oferecidas pela logística da pesquisa e dos riscos oferecidos por nós e pelos Outros. E como as experiências vividas foram fundamentais para chegar ao público alvo da pesquisa. Neste momento, precisávamos "segurar" o usuário por uma longa caminhada até um local "estranho" para que ele respondesse ao questionário. As conversas e a forma de lidar com o campo geravam uma proximidade que não há como medir, principalmente pelo fato da tensão entre o que

perguntar e o que falar. Como mencionado por Foote-Whyte (1980) e sua imersão em Corneville é necessário considerar que "as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas; na verdade, sentiam-se atraídas e satisfeitas pelo fato de me acharem diferente, contanto que eu tivesse amizades com elas." (Ibidem, p.82). Nesse momento o risco era uma esfera que envolvia pesquisadores e pesquisados, mas que dava um direcionamento para a conduta e para as reflexões sobre o contexto.

A aplicação da pesquisa, era outro momento ímpar da relação. Momento este, por vezes, conduzido por aflições e medos gerados por uma imagética de quem é o usuário de crack e de qual a situação abjeta que ele se encontra. Lidar com isso e entender que o universo do uso de crack em Natal/RN estava além da marginalização e do sujo, foi fundamental para que pudéssemos compreender uma lógica entre formas de consumo, lugares e contexto. Percebendo com isso, que a realização da pesquisa estava além da regras postuladas pela metodologia indicada, pois o universo do campo nos oferecia uma complexidade de desafios imprevisíveis. Principalmente por romper com a ideia de que as cenas seguiriam um padrão das cracolândias - como estabelecida em algumas cidades.

"Cena 2": Em algum momento da pesquisa, numa cena noturna, chegamos a um bairro na região Oeste; rua tranquila, com casas e comércio local. Paramos o carro organizamos nosso porta malas como "clínica" e os recrutadores saíram para a observação. Tempos depois voltaram com dois jovens para a entrevista. Sentamos ali mesmo no chão, no meio fio, próximo à uma lanchonete. Éramos duas entrevistadoras, então chamei um dos rapazes para ir um pouco mais para o lado, proporcionando uma "mínima privacidade" para responder o longo questionário. O jovem, logo foi, mas antes, olhando rapidamente para os lados e para trás, levantou a camisa e mostrou uma faca dentro da bermuda; colocou a mão no bolso e tirou dois papalotes de pó.

Nesse momento, quem realiza pesquisa etnográfica se pergunta qual o seu lugar em campo. O de quem ameaça ou é ameaçado? Talvez, seja em cima dessa relação, que podemos pensar os momentos que representa um limiar na pesquisa com usuários de drogas. Aqui a ideia de tutela pode ser articulada para pensarmos em sujeito tutelados, compreendendo-o como alguém que vive na mais profunda alteridade, estando sob a orientação de outro. As relações entre Estado, sujeito e moral constituíam a esfera na qual a pesquisa foi desenvolvida. Nesse ponto, podemos ver a relação da instituição, dos

pesquisadores e dos usuários, essa tríade deve ser considerada na forma como os dados foram coletados e analisados. Pois em diversos momentos é possível questionar a clareza e o entendimento dos usuários sobre a pesquisa e a total veracidade dos dados coletados. Mostrando assim, a necessidade de compreensão antropológica sobre o campo e as considerações sobre a forma de chegar ao usuário, o local que ele se encontra, o que escrever ou não nos cadernos de campos que seriam enviados para a instituição e, sobretudo, entender as formas de negociação dadas em campo. Compreendendo tudo isso, seria possível vislumbrar sobre uma perspectiva mais aceita sobre quem são esses usuários, suas formas de consumo e o que os colocam em situação de vulnerabilidade.

Neste sentido um ponto relevante quando se pensa em formas de consumo e dinâmicas de uso é a quantidade de droga consumida em determinado tempo e em determinadas situações. Aqui havia uma lacuna entre o questionário e visão dos usuários, pois a pesquisa visava um valor em dinheiro, enquanto que os usuários aproximavam em peso ou quantidade consumida. Gerando uma margem de erros que tinha como variantes: a forma como o usuário entendia a pergunta e, principalmente, a sua reflexão sobre o próprio consumo. Este momento sempre ofereceu uma indagação interessante, pois quando os usuários tentavam seguir a lógica da pesquisa e dar um valor estimado de quanto gastavam com drogas, quase sempre eles se contradiziam e davam valores muito maiores do que o mencionado como sua renda mensal, por exemplo. Então, seria fundamental levar em consideração a conversa tida com o pesquisador e a forma como o usuário foi construindo sua "ideia" de valor e quantidade. Limites estes que podem ser sistematizados e borrados com a etnografia e a pesquisa qualitativa em geral. Mas quando esse dado se transforma em um X no questionário, todo a rede de significados era disconsiderados, o que poderia oferecer uma legibilidade contraditória dos dados. Como visto na cena descrita a seguir:

"Cena 3": Em uma ida à campo, no turno da noite, na esquina de uma avenida muito movimentada da cidade, haviam muitos flanelinhas nos sinais. Realizamos a entrevista com alguns deles. Um dos entrevistados, ao ser perguntado sobre sua renda mensal disse: "mais ou menos 1200 reais". Ao ser questionado sobre o valor gasto com crack (e outras drogas) nos últimos 30 dias, ele respondeu: "sei lá, acho que uns 3000 reais".

Esse caso é só um dos muitos que aconteceram e que servem para mostrar as lacunas de entendimento entre o perfil de uso "pré-estabelecido" pela pesquisa e a realidade do consumo por usuários. Portanto, a antropologia e a etnografia se tornam importantes para entender essas práticas e dar visibilidade, por meio da descrição, de contexto ocultos ou desconhecidos. Contribuindo com essa discussão é salutar dizer que "ao focar os usuários, as pesquisas deveriam tratar dos significados atribuídos ao uso e à sua persistência, dos distintos usos e estilos de vida correlatos, das expectativas culturais sobre os efeitos das drogas e o que se consegue sendo dependente." (MACRAE, 2004, p.29)

Em diálogo com a cena anterior, apresentamos aqui uma perspectiva de acordo com a coordenação de uma equipe de campo em Fortaleza.

“Cena 4”: Um dos entrevistadores da equipe local de Fortaleza relatou sua percepção sobre os efeitos provocados ao indagar/entrevistar um homem de aproximadamente 30 anos que vivia em situação de rua, utilizando como suporte para ganhar dinheiro e para dormir um carrinho de coleta, feito de uma carcaça de geladeira, com eixo e pneus. Ao chegar à parte do questionário sobre tipos de substâncias consumidas e quantidade de dinheiro que era gasto com essa prática por mês, centrado no consumo de crack, este entrevistado reagiu com surpresa ao dar-se conta do valor investido no uso de crack, comparando ao valor do aluguel de um local para morar.

Com a narração desse fato percebe-se o potencial que envolve reflexividade (FONSECA, 1999) que permeia as pesquisas “com seres humanos”(OLIVEIRA, 2000). Há pequenas interações registradas na interface entre os sujeitos em questão que reverberam em marcas deixadas pelo contato em pesquisa. Os discursos acionados podem fazer refletir intensamente a condição em que aquela pessoa (especialmente, quem é entrevistado) se relaciona com um contexto social, com objetos e substâncias. As agências presente nas relações de poder se cruzam entre atores sociais em vias distintas, conforme Foucault (1979) alerta. Agências financiadoras, pesquisadores e instituições vinculadas de algum modo a pesquisa, e sujeitos da pesquisa estão implicados nesse momento.

Como lidar com as expectativas criadas por um **questionário** relacionando aspectos sensíveis da vida de cada entrevistado? Consumo, práticas sexuais, uso de substâncias psicoativas, eram alguns dos pontos tênues abordados por um pesquisador, conversando, leia-se entrevistando, pela primeira vez aquele interlocutor, muitas vezes inseguro do que pode ou não falar, pois a entrevista só começava depois de ser de conhecimento do entrevistado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Desenvolvendo a problematização entre a ética antropológica e a pesquisa com populações estigmatizadas

Essas reflexões fazem parte da interface entre dois domínios apontados por Patrice Schuch (2012) denominados como “pesquisar/atuar: autorreflexão, responsabilidade e prática política e antropologia e multidisciplinaridade: ciência e sua inserção social” (p.36) tendo em vista a problemática que envolve a tarefa, função ou vocação de uma antropologia, pois segundo a autora, retomando artigo de Roberto Cardoso de Oliveira (apud Victoria et al, 2004) remonta questões que vão “além da construção de conhecimento e se vê enleada em demandas de ação” (Schuch, 2012).

Uma das ferramentas da pesquisa, era o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), um documento a ser assinado pelo pesquisado/entrevistado, dando algum respaldo ético ao pesquisador, para que este tenha como comprovar que está apto e autorizado a usar as informações que serão manipuladas e que o pesquisado está de acordo com o uso dessas. Demonstrando conhecimento de qual o seu papel nesse contexto e permitindo fazer do uso de sua participação na pesquisa, algo que gera certa propriedade, no sentido de ter domínio sobre as informações ali geradas ou consequências vividas.

Por ser algo relativo à pesquisa qualitativa, essa delimitação poderia restringir, de alguma maneira, as possibilidades do campo, pois como Minayo (1999) enfatiza em seu trabalho, o processo da realização de uma pesquisa consiste na forma de alcançar o objeto, podendo este ser redefinido no decorrer do exercício e com as situações vivenciadas. Sobretudo, por se tratar de pesquisas qualitativas que implicam "considerar sujeitos de estudo: gente, em determinada condição, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que

o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação. (Idem, p.22)”

Deste modo podemos pensar as questões da ética da pesquisa antropológica e seus limites. Observando qual o papel do TCLE numa pesquisa com pessoas em situação de vulnerabilidade social e que são alvo, também, das políticas de Estado, mas que estão na rua e poderiam continuar com a mesma invisibilidade anterior. Será que essa ferramenta que garante um resguardo à pesquisa, não pode ser um material riquíssimo de informações? Afinal, nesses documentos constam toda a identificação daqueles que se propuseram a participar da pesquisa. Uns assinados, outros com a impressão digital. Langdon *et al* (2008, p.138) contextualizam essa preocupação a dizerem que: “A antropologia, mais do que um ‘consentimento esclarecido’ burocrático e formal, busca o consentimento do(s) pesquisado(s) obtidos durante a própria convivência e diálogo entre pesquisadores e pesquisados, em momento e de formas muito particulares e distintas dos moldes postulados pelos Comitês.”

Ceres V́ictora (2014) discute o processo de transformação profissional da experiênci social. Se valendo da discussõ de Kleinman e Kleinman (1991 e 1997) sobre sofrimento e outros textos da antropologia da saúde que discutem a apropriaçõ dos dramas sociais como questões de pesquisa. Ela discute a ideia de uma patologizaçõ, medicalizaçõ da vida e uma apropriaçõ das experiências cotidianas dos interlocutores. Aqui é resgatado a experiênci individual (de grupos desfavorecidos socialmente) e como ela se torna questõ de pesquisa, pensando as questões de ética e de legalidade.

O ponto relevante abordado é a ideia de "transformaçõ profissional do sofrimento" (Id.), onde há um alerta para a apropriaçõ mercadológica do sofrimento e as formas como as pesquisas/produções utilizam desse material para um divulgaçõ que por vezes se distancia do interesse do grupo estudado e se aproxima muito mais de uma divagaçõ categórica sobre os temas propostos.

Nesse sentido devemos considerar o universo de relaçõ entre pesquisador e pesquisado, onde as questões de ética e regulamentaçõ apropriam-se com grande valor sobre a forma de fazer e do retorno dados aos grupos. A assinatura do TCLE, como momento inicial da aplicaçõ dos questionários, provocou uma sêrie de questionamentos dos próprios usuários, despertando a questõ da relaçõ estabelecida, dos argumentos propostos e interlocuçõ da pesquisa. Remetendo à questões de que o campo e os grupos estudados estã em constante transformaçõ e que a forma de acessá-los deve ser

pensada e projetada considerando as mudanças, cabendo à ciência a forma de manipular os sujeitos. Nesta perspectiva o relato a seguir mostra como pensar, em campo, questões de ética; quando o próprio interlocutor nos apresenta suas críticas.

"Cena 5": Uma das cenas, no turno noturno, na Zona Sul da cidade, local de grande fluxo de pessoas pela proximidade com bares e restaurantes, cinco usuários a serem recrutados. Neste dia, conseguir o número de usuários para a realização da pesquisa foi deveras fácil, principalmente por ser um local frequentado pelos pesquisadores e por ser a segunda vez que voltávamos à cena. Em meio aos tantos usuários que ali transitavam, um em especial, indicado como elegível, sentou-se ao meu lado para a realização do questionário. Antes de tudo, expliquei o teor da pesquisa e falei da importância do TCLE para ele e para garantir o uso dos dados. O mesmo ficou bastante irritado, se levantou, começou a gritar e questionou onde estaria o sigilo daquela pesquisa, se ele teria que dar o nome completo e assinar um termo. Tentei acalmá-lo, em vão. Ele se viu ameaçado e desistiu de participar, pedindo para que rasgasse tudo o que havia com o nome dele ou qualquer identificação que pudesse revelá-lo.

Este acontecimento nos desperta o valor da veracidade dos dados e do anonimato em pesquisas desse nível. Demonstrando que o TCLE, como forma de garantir algum "resguardo" à pesquisa (e todos os envolvidos) apresenta suas falhas, quando pensamos que identificação - qualquer que seja - com esse tipo de usuários por oferecer desconfianças, cobranças, riscos e marginalização. Isto no sentido do tamanho de informações sobre aquele sujeito que era necessária para a pesquisa (coleta de dados socioeconômicos, sangue, identificação).

Considerações finais

Compreender as questões, os problemas e os dilemas conceituais e etnográficos para uma abordagem antropológica do consumo de drogas leva a pensar, principalmente, qual o lugar da antropologia neste contexto e quais as implicações disto. Rematando essa discussão, devemos pensar que os fatores teóricos, metodológicos e éticos da antropologia são recursos fundamentais para ajuizar sobre as questões das práticas e das relações instituídas a partir das questões sociais. Para tanto, é inevitável recorrer aos

temas que envolvem a ética nas pesquisas antropológicas, no que se refere à um trabalho que vai além da construção de conhecimentos e se vê enleada em demandas de ação (OLIVEIRA, 2004). Aqui compreende-se a ética como um meio de intervenção discursiva do pesquisador frente ao grupo investigado. Se tornando fundamental perceber o antropólogo como alguém que interfere e é acionado pelo cotidiano do campo de pesquisa.

Deste modo, falando da relação entre antropologia e produção de um perfil de usuários de crack, é possível pensar em que medida as drogas constituem um problema social brasileiro e como as políticas públicas estão voltadas para a promoção e prevenção dos problemas relacionados ao uso/abuso delas. Aqui é possível fazer uma relação com a ideia de poder e de sujeito social.

De um modo geral é importante pensarmos na contribuição que a antropologia tem a oferecer nos estudos e pesquisas com usuários de drogas. Direcionando para a forma como o sujeito pensa seus usos e abuso, para compreender como o contexto tem relação com o consumo e, sobretudo, para mostrar que quando se trata deste tema, é complicado cristalizar definições e apresentar entendimento gerais como regra.

Aqui, abordando a discussão realizada, vê-se que é contribuição da antropologia em compreender e apresentar que a questão das drogas deve ser tratada a partir da ótica do sujeito, mas dentro de um contexto do Estado. Assim, havendo a necessidade de que haja uma compreensão das subjetividades que envolvem os usos de drogas para se pensar as políticas públicas.

Uma questão central ao pensar políticas públicas sobre drogas é perceber como estas são constituídas, se a partir de uma demanda do Estado ou dos sujeitos envolvidos. Atualmente no Brasil vemos a ideia de que há uma epidemia do uso de crack e que a população envolvida - sobretudo a população de rua - é um problema de saúde e segurança pública.

Se olharmos para os índices de pesquisas realizadas sobre o consumo de crack no Brasil, é possível notar que o consumo da substância não apresenta índices tão agravantes, se levados em consideração os indicadores de consumo de álcool e tabaco no país. Então, o que torna esta droga tão problemática e como devem ser tratados esses usuários? Entretanto é necessário problematizar que num misto de ameaça ao bem estar social e individual, os usuários de crack estão sendo alvo de políticas públicas, estas, na

maioria das vezes, se voltam à uma demanda higienista do Estado e desprezam as condições subjetivas dos sujeitos.

Logo, vemos a antropologia como uma ferramenta para pensar o Estado e suas formas de controle. Ela como um lugar para dar visibilidade e discutir a perspectiva do usuário em um contexto de uso e consumo. Por fim, entendendo a importância da antropologia para conceber motes relacionados à ideia de Estado, pensando na questão dos usuários, suas formas de consumo e seus tratamentos. É possível concluir este trabalho com uma pergunta que será desenvolvida em outra oportunidade, mas que engloba a discussão aqui realizada: Quem produz políticas públicas, a demanda do Estado ou do sujeito?

Referências bibliográficas

ADORNO, R. et al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde e Transformação Social**. ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.4, n.2, p.04-13, 2013.

BECKER. Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1.ed. Rio de Janeiro, Zahar.2008.

BERREMAN. G. Por detrás de muitas máscaras. In: ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora. 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.

BRASIL, (2005). Política Nacional sobre Drogas. **OBID Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas** In. <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326979.pdf> (acessada em 20.05.2014)

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso não é um caso**: pesquisa etnográfica em educação. XXI Reunião anual da ANPED. Revista Brasileira de Educação. Jan-abril n.10. Caxambu, 1999.

FOOTE-WHYTE, W. Treinado a observação participante. In: ZALUAR, Alba. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora. 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC Editora. 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a identidade deteriorada. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1975

_____. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis. Vozes, 2009.

GOLDMAN, Márcio. **Alguma Antropologia**. Rio: Relume/Dumará/NuAP, 1999, Cap. VII. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. 93-122.

LANGDON, J. Esther. *et al.* Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In: GUERRIERO, Iara C. Z..*et al* (org). **Ética nas pesquisa em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo. Aderaldo e Rothschild. 2008.

MACRAE, E., VIDAL S. **A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas**. Rev. Antropol. 2006; 49(2): 646-66.

MACRAE, Edward. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: ALMEIDA, A. R. *et al.* **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador, EDUFBA, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. In: coleção os pensadores. São Paulo. Abril S.A. Cultural e industrial. 1976.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo. Cosac Naify. 2003

MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisas qualitativas em saúde**. São Paulo. Abrasco. 1999.

MOL, Annemarie. 2008. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In Nunes, João Arriscado e Roque, Ricardo (org.) **Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento. Tradução de Gonçalo Praça. pp.63-77.

OLIVEIRA, R.C. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VICTORIA, C. et al. **Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004.

_____. **Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos**. Antropologia e ética. Série Antropologia. Porto Alegre. UFRGS. 2000.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas. 2012.

SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABETE, Beatriz C. et al (orgs). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador. EDUFBA. 2008.

THOMPSON, Kenneth. "*Why the Panic?*" – *The Topicality of the Concept of Moral Panics*". In: **Moral Panic**. London: Routledge, 1998.

VICTORA, Ceres. " O ético e o legal nos processos de apropriação profissional da experiência social". In: SARTI, C e DUARTE, L.F.D.(org) **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília, ABA, 2013.